

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARÍNGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELI DOS SANTOS GUIRRO

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES ALFABETIZADORES**

MARINGÁ

2016

DANIELI DOS SANTOS GUIRRO

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES ALFABETIZADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia,
como requisito parcial para o cumprimento
das atividades exigidas na disciplina do
TCC.

Orientação: Prof.^a Dra. Jani Alves da Silva
Moreira

MARINGÁ

2016

DANIELI DOS SANTOS GUIRRO

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES ALFABETIZADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia,
como requisito parcial para o cumprimento
das atividades exigidas na disciplina do
TCC.

Orientação: Prof.^a Dra. Jani Alves da Silva
Moreira

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Jani Alves da Silva Moreira (Universidade Estadual de Maringá)

Prof. Ms. Natália Cristina de Oliveira (Universidade Estadual de Maringá)

Prof.º Ms. Gilmar Alves Montagnoli (Universidade Estadual de Maringá)

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a formação de professores, especificamente a formação continuada com foco no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Inicialmente trataremos sobre o histórico da formação de professores para compreender melhor o programa de formação continuada de professores alfabetizadores. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental sobre o tema. O objetivo é apresentar as iniciativas do PNAIC na formação de professores, embora ainda seja um programa novo (2012-2015) já é possível observar alguns resultados não só na aprendizagem dos alunos, mas também nas práticas pedagógicas dos professores.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação. PNAIC.

ABSTRAT

This work has as its theme the teacher training, continuing education specifically focused on the National Pact for Literacy in the Age One (PNAIC) . Initially treat about the history of teacher training to better understand the continuing education program for literacy teachers. This research was developed through analysis of documents on the subject. The goal is to present the importance of PNAIC in the school life of children, although it is still a new program (2012-2015) is already possible to see some results not only on student learning, but also in the pedagogical practices of teachers

Keywords: Teacher Education. Education. PNAIC .

1. INTRODUÇÃO

Algumas dificuldades encontradas na aprendizagem muitas vezes decorrem na demora da inicialização da alfabetização. Com o intuito de solucionar esta questão foi criado pelo governo federal atual o Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa (PNAIC) em 2012, o qual visa assegurar que a criança tem que ser alfabetizada até os oito anos de idade.

Para analisarmos a formação continuada de professores alfabetizadores desenvolvida atualmente, faremos uma breve retomada histórica a fim de compreender a trajetória e o processo das políticas de formação de professores na área da alfabetização.

O Brasil tem um índice de aprendizagem muito abaixo da média mundial e o professor sempre é apontado pelo desenvolvimento da educação no país. Nesse texto buscamos expor uma compreensão sobre as dificuldades encontradas nas políticas de formação de professores e a desvalorização desse profissional.

2. PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

A primeira escola para a formação de professores foi a Escola Normal criada em Paris em 1795. No Brasil a primeira Escola Normal se estabeleceu em 1835, em Niterói, no Rio de Janeiro. Os professores estudavam apenas os conteúdos que seriam ensinadas para as crianças, não havia a preocupação com o pedagógico (SAVIANI, 2009).

A procura por esse curso era mínima, e em quatro anos de existência da escola normal formaram-se apenas 14 alunos em Niterói. Por esse motivo elas eram fechadas e reabertas a todo o momento. Os concursos para entrar nas escolas normais eram mínimos e sem muitas exigências, conforme apresenta Tanuri:

Os concursos de ordinário consistem num exame quase sem publicidade; ninguém comparece a presenciá-los; o candidato não tem já mais competidor, propõe-se a contender por um lugar que ninguém

lhe disputa. Em regra ele lê correntemente, escreve com maior ou menor apuro caligráfico, efetua as quatro operações fundamentais da aritmética, às vezes com dificuldade e alguns erros; a parte teórica não é devidamente aprofundada. Em Religião, recita de cor as orações principais da Igreja; responde a uma ou outra pergunta, sem contudo dar provas de que cabalmente compreende os princípios e a doutrina (TANURI, 1979, p. 21).

Algumas transformações na política e forma cultural nos anos de 1868/70 mostraram a necessidade de uma formação adequada aos professores para que a sociedade tornasse letrada para o desenvolvimento econômico no país.

A escola começou aceitar as mulheres que até então eram excluídas desse meio, mas os currículos oferecidos a elas tinham menos conteúdo para que pudessem se dedicar também aos afazeres domésticos (TANURI, 2000).

O Decreto nº 7.247, de 19/4/1879 da Reforma Leôncio de Carvalho, previa que a escola fosse o único meio de formar professores e o currículo deveria conter as seguintes matérias: língua nacional; língua francesa; aritmética, álgebra e geometria; metrologia e escrituração mercantil; geografia e cosmografia; história universal; história e geografia do Brasil; elementos de ciências físicas e naturais e de fisiologia e higiene; filosofia; princípios de direito natural e de direito público, com explicação da Constituição Política do Império; princípios de economia política; noções de economia doméstica (para as alunas); pedagogia e prática do ensino primário em geral; prática do ensino intuitivo ou lição de coisas; princípios de lavoura e horticultura; caligrafia e desenho linear; música vocal; ginástica; prática manual de ofícios (para os alunos); trabalhos de agulha (para as alunas); instrução religiosa (não obrigatória para os acatólicos). A formação pedagógica contava apenas com a formação pedagógica e às vezes legislação e administração educacional (TANURI, 2000).

Quando Couto Ferraz tornou-se presidente da província do Rio de Janeiro, fechou a Escola Normal de Niterói por achar que ela não preparava adequadamente os professores e o número de formados era muito pequeno, criou o método do professor adjunto que acompanhava o professor em sala de aula e se formava apenas na prática, mas essa ideia não prosperou e a Escola Normal reabriu em 1859(SAVIANI, 2009).

Notou-se que o currículo da Escola Normal estava sendo ineficaz. Em 12/03/1890 a reforma paulista no comando de Caetano de Campos reformulou os conteúdos e foi criada a Escola Anexa, essa escola ficava junto a Escola Normal onde os futuros professores além de ter as matérias do currículo também tinham aulas práticas. Essa nova forma de ensino se espalhou pelo país através de professores que eram enviados para demonstrar o novo modelo de escola (TANURI 2000).

Anísio Teixeira destaca que a Escola Normal era falha no que se propunha a fazer, então ele criou a escola de professores, com as disciplinas de biologia educacional; sociologia educacional; psicologia educacional; história da educação; introdução ao ensino. Passaram a reconhecer a necessidade do ensino pedagógico para uma boa formação, deixando de lado a forma de ensino das Escolas Normais.

Em 1935, segundo Saviani (2009), as Escolas de Professores passaram a fazer parte das Universidades passando a formar magistrados. O decreto-lei n. 1.190 compunha o modelo que ficou conhecido como “esquema 3+1”, que era organizado da seguinte forma: três anos para o estudo de disciplinas específica e um ano para formação didática.

O decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946), reestruturou o curso normal. Ele foi dividido em dois ciclos, o primeiro formava regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais e tinha a duração de quatro anos, e o segundo formava os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos institutos de educação e tinha a duração de três anos. Esses ciclos não utilizavam as escolas anexas.

Após o golpe militar em 1964 ocorreram mudanças na estrutura da educação. Nesse período, a Escola Normal teve o seu fim, e foi criada a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Essa habilitação foi dividida em duas modalidades básicas, uma com duração de três anos para dar aula até a quarta série e outra com duração de quatro anos para a sexta série até o primeiro ano. A formação de professores passou a ser feita exclusivamente pelo curso de Pedagogia e ainda cabia a ele formar diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino. Mas o HEM passou a ser criticado duramente, pois ele

diminuía os conteúdos estudados dentre muitas outras transformações, como destaca Tanuri.

Dispersa no meio de tantas outras, a habilitação ao magistério assumiu caráter propedêutico e descaracterizou-se: se antes de 1971 o curso era acusado de hipertrofiar os aspectos instrumentais, em detrimento do conteúdo básico, geral e específico, hoje ele não trata adequadamente qualquer desses aspectos. O magistério continua entre as habilitações fracas em conteúdo científico, ao mesmo tempo em que abriu mão de suas antigas exigências em relação aos aspectos instrumentais. A antiga sistemática de formação do magistério primário em escolas normais foi destruída e, em seu lugar, nasceu um padrão em quase tudo incompetente. A habilitação para o magistério não forma nem para aquilo que seria minimamente necessário ao professor da escola elementar: a capacidade de ensinar a ler, escrever e calcular (CENAFOR, 1986, p. 25).

Essas críticas ocasionaram a diminuição da procura por essa formação e desvalorização da profissão o que levou o Ministério da Educação a tentar rever esse quadro. Junto com o MEC desenvolveram os Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), que tinham como foco propiciar a formação continuada a esses professores. Passaram a oferecer " Bolsas de Trabalho para o Magistério" no qual aluno podia dedicar-se totalmente aos estudos e isso resultou no aumento de matrículas para o curso. Vários projetos foram criados para a melhoria do currículo do curso.

Em 1980, segundo Saviani (2009,) o curso de Pedagogia passou por uma vasta transformação, onde a docência passou a ser o princípio para todos os profissionais da educação, a partir desse momento foi atribuído ao curso formar também para lecionar em séries iniciais, o que é utilizado nos cursos até os dias de hoje.

O curso de formação de professores passou por várias mudanças desde que foi criado no país e continua se transformando para se adequar as necessidades encontradas.

Alguns programas têm sido desenvolvidos para minimizar essas dificuldades encontradas pelo professor na sua formação, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um deles. Nesse artigo demos um foco a esse Pacto, como veremos a seguir.

3. A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ATUALIDADE

Como vimos, desde o início dos cursos de formação de professores ocorreram dificuldades na organização e políticas, isso se mantém até os tempos atuais, por meio dos baixos salários, o não reconhecimento da importância da profissão dentre vários outros motivos, fazendo com que menos pessoas tenham interesse em trabalhar em sala de aula.

O professor é sempre apontado como o responsável pelo baixo desenvolvimento escolar, mas o que nem sempre é colocado em análise é a má formação desse profissional e as péssimas condições de trabalho que a maioria encontra nas instituições públicas. É preciso que se crie um curso focado nas necessidades do professor e também dos alunos, a valorização também é essencial para que a educação tome novos rumos.

Segundo Freitas (2007), a grande carência de profissionais na área de educação fez com que surgisse uma flexibilidade e uma diversidade no campo de formação: normais superiores, pedagogia, licenciaturas, cursos especiais e cursos à distância, muitos desses cursos não têm um compromisso com a educação, e essas várias formas de formação causa um desnivelamento na qualidade de aprendizagem.

Algumas políticas de formação continuada foram criadas para que os professores em exercício pudessem ter um melhor preparo. Podemos observar alguns desses, de acordo com os estudos de Freitas:

Situam-se, nessa perspectiva, os programas vinculados à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, na qual se inserem os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, criados em 2003 o Pró-Formação, no âmbito da Secretaria de Educação a Distância (SEED), iniciado em 1997 e finalizado em 2004, direcionado à formação em nível médio dos professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental; o Pró-Infantil, iniciado em 2005, dirigido à formação em nível médio dos professores de educação infantil, centrado na formação por tutorias exercidas pelos professores da rede e supervisionadas pelas IES participantes. O Pró-Letramento, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), desenvolvido em parceria com os sistemas de ensino e com as universidades da Rede de Formação Continuada e Desenvolvimento da Educação, constitui-se o único programa de formação continuada de professores das séries

iniciais do ensino fundamental centrado em alfabetização e matemática (FREITAS, 2007, p.1210).

Em 2006 foi criada a Universidade Aberta do Brasil, que ofereceu também cursos de formação continuada a distância, para professores em exercício. As aulas são feitas a distância, mas também possuem aulas presenciais em escolas e instituições públicas.

Devido a esses cursos acelerados criados para atender a demanda de professores para educação básica, o governo precisou oferecer vários cursos de formação continuada para balancear o conhecimento dos professores.

O programa Pró-Letramento foi criado em 2005 para que professores em exercício pudessem aprimorar a leitura e a escrita e matemática nos anos iniciais.

O Pró-Letramento funcionará na modalidade semipresencial. Para isso, utilizará material impresso e em vídeo e contará com atividades presenciais e a distância, que serão acompanhadas por professores orientadores, também chamados tutores. Os cursos de formação continuada oferecidos pelo programa têm duração de 120 horas com encontros presenciais e atividades individuais com duração de 8 meses (MEC, 2015).

Ainda segundo o MEC o Pró- Letramento teve como objetivos, aumentar a qualidade de ensino da língua portuguesa e de matemática, incentivar o processo de formação docente e desenvolver nas escolas a procura por formação continuada.

Outro curso para aperfeiçoamento é o ProInfantil criado em 2006, destinado a professores da modalidade normal que atuam na educação infantil, tem a duração de dois anos e visa a valorização desse profissional é um curso a distância que auxilia o uso de material didático para melhor aprendizagem da criança (MEC, ProInfantil, 2015).

O Proformação é um programa também destinado a professores da modalidade normal, destinado aos anos iniciais e a EJA.

O Proformação utiliza para sua consecução atividades a distância, orientadas por material impresso e videográfico, atividades presenciais, concentradas nos períodos de férias escolares e nos sábados (Encontros Quinzenais), e atividades de prática pedagógica nas escolas dos professores cursistas, acompanhadas por tutores e

distribuídas por todo o período letivo. Dessa forma, somam-se os benefícios da formação em serviço às vantagens da educação a distância, atingindo uma população numerosa e dispersa geograficamente, com o fornecimento de orientações e conteúdos pedagógicos de qualidade (MEC, 2015).

Atualmente os cursos de formação de professores a distância como política pública de formação são Pró Licenciatura e a Universidade Aberta do Brasil.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada para que o curso de formação superior fosse ampliado. São oferecidos cursos à distância pelas faculdades públicas, com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos profissionais da educação. Pró Licenciatura, assim como a UAB, é um curso de formação à distância com o intuito de aprimorar o conhecimento do professor em exercício, segundo o MEC o curso tem duração igual ou até maior que os cursos presenciais (MEC, 2015).

Esses programas têm como objetivo equalizar os níveis dos professores, visto que não temos uma política única de formação de professores, o que causa uma desproporção na aprendizagem do país (GATTI 2010), em seus vários estudos aponta as dificuldades que os professores encontram em sala de aula, para ela o ensino oferecido não atende as necessidades do mercado de trabalho, o currículo do curso de pedagogia é muito extenso e poucas horas são destinadas ao prático. Os estágios supervisionados, que já são pouco nos cursos presenciais, tornam-se mais escassos nos cursos à distância, por isso a necessidades das políticas de formação continuada.

O Brasil sempre enfrentou dificuldades em formar seus professores e pelo que podemos ver isso ainda vai perdurar por muitos anos. É necessário que haja políticas de incentivo a profissão, salários melhores, planos de carreira. É possível ver nos dias atuais professores lutando pelos seus direitos, mas infelizmente não são ouvidos e muitas vezes são calados por quem deveria apoiá-los.

4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi criado em 2012 com objetivo de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. E para que isso ocorra da melhor é necessário professores bem preparados, pois a alfabetização é uma etapa bem complexa na vida da criança.

Cursos de formação continuada foram desenvolvidos com foco no Pacto, os cursos são ministrados em parceria com Universidades Estaduais, onde professores formadores selecionam professores orientadores com base nos requisitos do MEC de escolas municipais que passam pelo curso de formação de 200 horas e depois voltam para seus municípios para orientar os professores alfabetizadores. Esse método foi desenvolvido para que um maior número de professores tivesse acesso à formação continuada de qualidade em um curto espaço de tempo, como cita Moreira e Saito (2013).

A Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, prevê no artigo 2 o apoio financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa será realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Esse recurso é destinado ao pagamento de bolsas para os professores e também o investimento em materiais didáticos e pedagógicos.

Em 2013 o primeiro curso de formação continuada teve carga horária de 120 horas e a ênfase dada foi a Linguagem. Em 2014 o curso foi de 160 horas aprimorando o que foi trabalhado em 2013 e a ênfase foi em matemática, em 2015 foi dividido da seguinte forma 80 horas para o professor alfabetizador, 100 horas para o professor orientado e 32 horas para o professor coordenador, tratando de todos os temas da educação nacional, segundo das do MEC.

Para controle e acompanhamento do Pacto o MEC disponibiliza uma página na internet destinada aos professores, onde estão disponíveis os conteúdos trabalhados pelo PNAIC. Trata-se do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle(SIMEC).

Para participar dos cursos de formação os professores precisam atender alguns requisitos estipulados pelo MEC. O professor alfabetizador precisa estar cadastrado no Censo Escolar, e trabalhar com turmas do ensino fundamental. O professor orientador é indispensável que atue no ensino publico e tenha

disponibilidade para lecionar o curso aos professores alfabetizadores e ter sido tutor no programa Pró – Letramento.

É importante ressaltar que a criança precisa saber ler, escrever e compreender textos. Para que o Governo possa acompanhar esse desenvolvimento são aplicadas provas para os alunos no âmbito nacional onde são avaliados esses requisitos básicos.

Uma dessas avaliações é a Provinha Brasil, que é aplicada no segundo ano do ensino fundamental, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) é responsável por computar os pontos atingidos pelos alunos e disponibilizar os resultados a todos.

No final do terceiro ano será aplicada uma nova prova, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que tem o objetivo de analisar se os alunos estão devidamente alfabetizados, se o resultado não for o esperado os professores devem traçar uma nova estratégia para ser trabalhada com esses alunos no ano seguinte.

Assim, a estrutura dessa avaliação envolve o uso de instrumentos variados, cujos objetivos são: aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e as condições de oferta das instituições às quais estão vinculadas (INEP, ANA, 2016).

O curso de formação continuada é relevante, para que os professores alfabetizadores possam aperfeiçoar as práticas pedagógicas e trocar experiências.

Os conteúdos do curso de formação continuada são focados nas dificuldades que os professores encontram em sala de aula no período de alfabetização, conhecendo os problemas podem lidar melhor com as dificuldades na alfabetização.

Além da formação continuada, o material didático é muito importante nesse processo. As crianças aprendem melhor com o lúdico nessa idade e pensando nisso, também são disponibilizados para o PNAIC livros didáticos, literatura infantil, dicionários de língua portuguesa, jogos pedagógicos, softwares de apoio à alfabetização e também conteúdos de fortalecimento para alfabetização.

O investimento na educação precisa ser cada vez maior, pensar em uma sociedade realmente alfabetizada que possa ser capaz de ler e também interpretar o que está sendo lido, isso contribui para o desenvolvimento do país, com uma educação de qualidade teremos pessoas mais críticas, capazes de compreender e formar opinião e não apenas observar o que está a sua volta.

5. CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento desse trabalho, foi possível evidenciar as diversas políticas desenvolvidas para o aprimoramento da educação no país, muita coisa ainda precisa ser feita, mas ficou aparente que progressos estão sendo feitos, a passos pequenos mais já é podemos ver os resultados desses investimentos.

Investir na formação continuada dos professores é a melhor forma de contribuir com a educação. O acompanhamento do desenvolvimento do aluno é a forma de avaliar esses programas e de desenvolver um Projeto Político Pedagógico voltado para a necessidade de cada escola, segundo o INEP.

Os programas de formação continuada têm contribuído para um ensino de maior qualidade. Faz-se necessário a formação desde os anos iniciais, ou melhor, na educação infantil de zero a três anos onde é necessário ter pedagogos preparados, pois pequenas coisas que aos olhos dos leigos são insignificantes um bom profissional sabe como educar até mesmo no momento de troca de fraldas de uma criança. O professor é sempre alvo de críticas pelos baixos índices de aprendizagem, mas em um país onde o lucro é o essencial, os investimentos na educação têm sido cada vez menores.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 586, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/45/2012/586.htm>> Acesso em: 16 jun. 2015.

FREITAS, Helena Costa Lopes. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 100, p. 1203-1230, out. 2007.

GATTI, Bernadete. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out-dez. 2010.

MEC. **Princípios do PNAIC**. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>> Acesso: 15 set. 2015.

MEC. **ProInfantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfantil>> Acesso em: 15 set. 2015.

Mec. **Proformação**. Disponível em: <<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/apresentacao.asp>> Acesso em: 06 nov. 2015.

MOREIRA, J. A. da S.; SAITO, H. I. Da erradicação do analfabetismo ao compromisso de alfabetizar na idade certa: rumo a uma política nacional para alfabetização escolar? **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 55-64, set./dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Abr 2009, vol.14, no.40, p.143-155.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago. 1979.